ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

CAP INF MARCELO HENRIQUE SOUSA DE ARAUJO

O IDIOMA ESTRANGEIRO PARA FRAÇÕES NA FAIXA DE FRONTEIRA: UM INSTRUMENTO PARA COIBIR OS CRIMES TRANSNACIONAIS EM CORUMBÁ

Rio de Janeiro
2020

ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

CAP INF MARCELO HENRIQUE SOUSA DE ARAUJO

O IDIOMA ESTRANGEIRO PARA FRAÇÕES NA FAIXA DE FRONTEIRA: UM INSTRUMENTO PARA COIBIR OS CRIMES TRANSNACIONAIS EM CORUMBÁ

Trabalho acadêmico apresentado à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, como requisito para a especialização em Ciências Militares com ênfase em Educação e cultura.

Rio de Janeiro
2020

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DECEx - DESMil
ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS
(EsAO/1919)

DIVISÃO DE ENSINO / SEÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

FOLHA DE APROVAÇÃO

Autor: **Cap Inf MARCELO HENRIQUE SOUSA DE ARAUJO**

Título: **O IDIOMA ESTRANGEIRO PARA FRAÇÕES NA FAIXA FRONTEIRA:** UM INSTRUMENTO PARA COIBIR OS CRIMES TRANSNACIONAIS EM CORUMBÁ

Trabalho Acadêmico, apresentado à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, como requisito parcial para a obtenção da especialização em Ciências Militares, com ênfase em educação e cultura, pós-graduação universitária lato sensu.

APROVADO EM _____/_____/_____ *CONCEITO:* _____

BANCA EXAMINADORA

Membro	Menção Atribuída
_____ **ARONES LIMA DA ROSA - TC** Cmt Curso e Presidente da Comissão	
_____ **EVERTON CAMPOS PINHEIRO - Maj** 1º Membro e Orientador	
_____ **THYAGO DA FONSECA RIBEIRO JACÓ - Cap** 2º Membro e Orientador	

_____
MARCELO HENRIQUE SOUSA DE ARAUJO – Cap
Aluno

O IDIOMA ESTRANGEIRO PARA FRAÇÕES NA FAIXA DE FRONTEIRA: UM INSTRUMENTO PARA COIBIR OS CRIMES TRANSNACIONAIS EM CORUMBÁ

Marcelo Henrique Sousa de Araujo[1]
Everton Campos Pinheiro[2]

RESUMO
O presente trabalho está inserido no contexto da Educação e Cultura do Exército Brasileiro, apresentando a importância da habilitação em idioma estrangeiro para que os militares que atuam na faixa de fronteira possam colaborar de forma mais eficaz no objetivo de coibir os crimes transnacionais principalmente na área de Corumbá, região sobre a qual se atenta especificamente este trabalho. A realização de um processo seletivo dos militares que atuarão na faixa de fronteira é imprescindível a fim de que a instituição atinja esta capacidade e consequentemente uma exemplar prontidão operativa. O pesquisador busca, através de uma análise bibliográfica e de questionário com militares que atuaram especificamente nesta área, verificar a real existência de incidentes e, principalmente a necessidade de estabelecer comunicação, com elementos estrangeiros, sejam eles militares, agentes governamentais e não governamentais bolivianos, ou até mesmo entrevistar e levantar informações junto aos elementos cooptados pelo tráfico. Além disso pretende mostrar que o Exército tem o controle dos militares habilitados e poderia utilizar este critério para selecionar quem irá atuar nessas regiões.

Palavras-chave: Idioma, faixa de fronteira, educação, cultura, crimes transfronteiriços, crimes transnacionais, DOAMEPI e Doutrina Militar.

Resumen

El presente trabajo se inserta en el contexto de Educación y Cultura del Ejército Brasileño, presentando la importancia de la calificación en lengua extranjera para que los militares que actúan en la franja fronteriza puedan colaborar más eficazmente en el objetivo de frenar los delitos transnacionales principalmente en el área de Corumbá, una región específicamente enfocada en este trabajo. La realización de un proceso de selección de los militares que actuarán en la franja fronteriza es fundamental para que la institución alcance esta capacidad y consecuentemente una preparación operativa ejemplar. El investigador busca, a través de un análisis bibliográfico y un cuestionario con personal militar que ha trabajado específicamente en esta área, verificar la existencia real de incidentes y, principalmente, la necesidad de establecer comunicación con elementos extranjeros, ya sean militares bolivianos, agentes gubernamentales y no gubernamentales. o incluso entrevistar y recopilar información de los elementos cooptados por el tráfico. Además, pretende demostrar que el Ejército tiene el control de los militares calificados y podría utilizar este criterio para seleccionar quién actuará en estas regiones.

Palabras clave: Idioma, franja fronteriza, educación, cultura, delitos transfronterizos, delitos transnacionales, DOAMEPI y Doctrina Militar.

---

[1] Capitão da Arma de Infantaria. Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 2011.
[2] Major da Arma de Infantaria. Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 2006. Pós-graduado latu sensu em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) em 2015.

1 INTRODUÇÃO

Os crimes transnacionais, especialmente o tráfico internacional de drogas e de outros produtos ilícitos, são um problema mundial. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), anualmente, inúmeras nações despendem expressivas somas no combate a esses crimes. Os esforços são oriundos de convenções e acordos firmados na esfera internacional. Assim, esse problema se apresenta como um tema moderno e instigante, despertando o interesse ao redor do globo.

> O crime transnacional é uma ameaça às instituições democráticas e um desafio para o ordenamento jurídico internacional. A ONU, inserida nesse contexto de insegurança, almejou harmonizar as normas jurídicas referentes ao crime organizado e estabeleceu a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional. Esse instrumento se transformou em uma das mais importantes medidas internacionais no combate ao crime organizado transnacional.[1]

Esses crimes causam sérios problemas à segurança de inúmeros países. A criação de um sistema de cooperação, com ações integradas envolvendo órgãos estatais como as Forças Armadas, as polícias e os Ministérios Públicos dos países afetados, poderá ser útil à contenção da traficância de entorpecentes e de seus mercados consumidores, tendo em vista ter maior chance de êxito que a adoção de medidas isoladas.

A América do Sul tem sido um dos protagonistas nesse mercado, considerando que os Países Andinos estão entre os maiores produtores mundiais de coca, matéria-prima da cocaína. Nesse cenário, o Brasil também se destaca por causa do estado do Mato Grosso do Sul, que faz fronteira com a Colômbia, o Paraguai e a Bolívia, os quais estão entre os maiores produtores de maconha e cocaína do mundo.

Diante disso utilizamos como objeto de análise o estado do Mato Grosso do Sul, localizado na região Centro-Oeste do País, com uma área de aproximadamente 357 mil km² e uma população de cerca de 2,7 milhões de habitantes, com um recorte mais específico na cidade de Corumbá.

Corumbá possui uma área territorial de 64.721,719 km² e uma população de aproximadamente 111.435 pessoas, de acordo com o site do Insituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A cidade apresenta ainda uma unificação urbana com mais 3 cidades: Ladário (Brasil), Puerto Suarez (Bolívia) e Puerto Quijarro (Bolívia). Essa conurbação forma uma rede urbana de mais de 150 mil pessoas.

---

[1] SANDRONI, Gabriela Araujo, da Universidade Estadual Paulista, em seu trabalho sobre A CONVENÇÃO DE PALERMO E O CRIME ORGANIZADO TRANSNACIONAL

> Ainda em se tratando da logística dos fluxos ilícitos transfronteiriços, a CPI da Violência Urbana identificou na fronteira internacional brasileira dezoito pontos como os principais corredores do tráfico de armas e drogas. Dos dezoito pontos mapeados, sete rotas situam-se na linha de fronteira sul-mato-grossense (CPI da Violência Urbana). Os municípios apontados como corredores de tráfico de drogas e armas foram: Corumbá, Bela Vista, Ponta Porã, Coronel Sapucaia, Paranhos, Sete Quedas e Mundo Novo. Dos municípios relacionados, somente Corumbá forma conurbação com município boliviano.[2]

Os crimes transnacionais na região, dentre eles o tráfico de drogas lícitas e ilícitas, de armas, de animais e plantas silvestres, obedecem à lei da oferta e da procura, visando abastecer seus mercados sem preocupar-se com as fronteiras nacionais e/ou internacionais. A extensa faixa de fronteira seca com a Bolívia, bem como a baixa densidade demográfica, refletida em grandes espaços desocupados, dificultam a atuação dos órgãos de segurança e fiscais.

Diante desse cenário, o Brasil tem se empenhado, juntamente com a Bolívia, nesse desafio de coibir os crimes transnacionais. Essa interação entre países evidencia a necessidade de capacitação dos militares do Exército Brasileiro (EB) em se habilitarem em idiomas, a fim de proporcionar uma melhor comunicação entre os envolvidos, para que possam solucionar esses problemas identificados.

1.1 PROBLEMA

O presente estudo pretende analisar as possíveis formas para que o Exército Brasileiro utilize seu pessoal habilitado no idioma espanhol na fronteira Brasil-Bolívia de forma a permitir uma melhor comunicação entre os militares brasileiros e militares, agentes governamentais e não governamentais bolivianos, além de possibilitar entrevistar e levantar informações junto aos elementos cooptados pelo tráfico.

1.1.1 Antecedentes do problema

Devido às atividades ilícitas presentes nessa região, tem-se intensificado as Operações Interagências, ocasionando inúmeras situações vivenciadas entre nossos militares com integrantes dos exércitos e agentes de outras nações, seja de órgãos governamentais ou de não-governamentais. Essas situações tratam de assuntos complexos, envolvendo organizações criminosas (ORCRIM) e a parte da população fronteiriça aliciada e dependente da prática de crimes transnacionais, que exigem uma

---

[2] IPEA – Boletim Regional, urbano e ambiental – 1º semestre 2017, pág 33.

grande compreensão situacional por parte dos envolvidos.

Muitas vezes o *modus operandi* utilizado para o transporte desses ilícitos é o uso das denominadas "mulas”, pessoas usadas por traficantes para transportar as drogas, armamentos e outros ilícitos pela linha de fronteira.

Essas pessoas aliciadas pelo tráfico podem ser brasileiros, bolivianos, paraguaios ou de outras nacionalidades. Porém, é importante considerar que, dentre essas diversas nacionalidades, existem muitos idiomas e culturas, sendo de fundamental importância que o elemento das Forças Armadas, Órgãos de Segurança Pública (OSP) e demais órgãos governamentais responsáveis pela fiscalização da faixa de fronteira, que têm contato direto com essas pessoas denominadas “mulas”, tenham conhecimento dos principais idiomas falados por elas, para que possam estabelecer comunicação, realizar entrevistas e levantar informações pertinentes para o combate desses ilícitos.

1.1.2 Formulação do problema

Assim, o trabalho terá o seguinte problema a ser estudado:

O emprego de frações do Exército Brasileiro (EB) com conhecimento do idioma espanhol, particularmente na fronteira do Estado do Mato Grosso do Sul com a Bolívia, na cidade de Corumbá, influenciaria na interação com os exércitos e agentes dos países vizinhos, além dos elementos aliciados pelo tráfico, no intuito de reprimir os crimes transnacionais?

1.1.3 Alcances e limites

A pesquisa tem por finalidade mostrar que o EB já apresenta as capacidades necessárias para bem atuar na faixa de fronteira, mas ainda não tem interligado as informações a fim de melhor selecionar os militares que lá atuam.

A intenção é sugerir uma proposta de mudança no *modus operandi* utilizado atualmente, apontando a necessidade de utilizar o critério habilitação em idiomas como fator preponderante para a movimentação para essas guarnições.

1.2 OBJETIVOS

Após selecionarmos o tema, delimitá-lo, encontrarmos um problema, temos que

estruturar nossa pesquisa de forma coerente e explicativa, para que assim possamos concluir nosso trabalho.

Para isso elencamos o seguinte objetivo geral e objetivos específicos:

1.2.1 Objetivo geral

A fim de contribuir para que as Organizações Militares (OM) da faixa de fronteira atinjam suas capacidades e estejam prontas para serem empregadas em qualquer situação, este trabalho pretende analisar um possível incentivo e/ou a seleção de militares habilitados em espanhol para essas OM, a fim de potencializar o combate aos crimes transnacionais ocorridos na fronteira Brasil-Bolívia, focando na cidade de Corumbá.

1.2.2 Objetivos específicos

Para atingir o objetivo geral de estudo, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos que proporcionaram o encadeamento lógico do raciocínio exposto neste estudo:

a. Definir os conceitos de faixa de fronteira e crimes transnacionais;

b. Apresentar a relação entre a geografia da região e o *modus operandi* utilizado pelos traficantes;

c. Identificar as capacidades requeridas das frações para as missões nas áreas de fronteira;

d. Identificar as formas de habilitação em idiomas previstas pela Força Terrestre; e

e. Analisar a situação dos militares transferidos para a faixa de fronteira no quesito habilitação em idioma estrangeiro.

1.3 JUSTIFICATIVAS E CONTRIBUIÇÕES

Existe nessa fronteira o trânsito contínuo de pessoas a pé, em transportes rodiviários, sejam eles táxis, carros e ônibus, transportes fluviais, além do transporte aéreo entre Brasil e Bolívia.

> Desta feita, a fronteira terrestre brasileira, também chamada de “fronteira seca”, é área que, dada a sua extensão e especificidades culturais, étnicas, econômicas e políticas, está sujeita às mais diversas atividades, sejam elas lícitas, tais como as trocas de serviços, as trocas comerciais, as trocas

> culturais e de conhecimento, e as relações de amizade ou entre familiares, mas também ilícitas, dada a facilidade de transporte e a relativa ausência do Estado por questões políticas e até mesmo geográficas, favorecendo crimes transnacionais, frequentemente praticados por grupos organizados, tais como o tráfico de drogas, de armas, o contrabando de migrantes e o tráfico de pessoas.[3]

Segundo o Departamento de Operações de Fronteira (DOF) (2016), órgão de segurança do Mato Grosso do Sul subordinado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, os crimes transnacionais mais comuns na região são: o contrabando, o descaminho e o tráfico de drogas e armas. Sendo que, de acordo com estudos do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras (IDESF – 2016), uma das principais vias de entrada de produtos ilícitos é a BR-163, que atravessa o Estado do Mato Grasso do Sul no sentido longitudinal, onde existe, na sua margem, o aquartelamento do 47º Batalhão de Infantaria.

> [...] uma aduana fraca significa a falta de controle sobre a entrada de armas, drogas, produtos químicos, incentivo ao crime organizado e a propagação de riscos ambientais e à saúde das pessoas, devido à falta de vigilância sanitária sobre produtos contrabandeados e descaminhados. A fragilização aduaneira provoca também um elevado índice de clandestinidade, a sangria de riquezas minerais, vegetais, animais e históricas. Causa prejuízos à indústria nacional, concorrência de divisas e facilitação da lavagem de dinheiro, através de operações de sub e superfaturamento de importações ou exportações.[4]

Devemos considerar também os prejuízos causados aos cofres públicos que deixam de auferir milhões de reais em impostos que poderiam ser revertidos em várias áreas como saúde, educação ou até mesmo em segurança pública. Além disso, segundo o IDESF – 2015, existe um rastro de crimes associados ao trânsito dessas mercadorias ilegais, que se estende desde a região de fronteira até os grandes centros consumidores localizados em outras regiões do Brasil, como, por exemplo, São Paulo.

Ainda nesse contexto, é necessário refletir sobre a relação existente entre as ORCRIM e as chamadas “mulas”, que atuam na fronteira com a Bolívia, para perceber o benefício de se empregar militares habilitados em idiomas nessas regiões, tendo em vista o envolvimento de pessoas de diferentes nacionalidades e falantes de diferentes línguas.

O trabalho pretende, ainda, mostrar que o conhecimento em idiomas proporciona um elevado ganho na consciência situacional relativa ao combate aos crimes transnacionais, os quais possuem reflexos em âmbito nacional e internacional. Esses conhecimentos proporcionarão às Organizações Militares presentes na

---

[3] DIAGNÓSTICO SOBRE TRÁFICO DE PESSOAS NAS ÁREAS DE FRONTEIRA, 2013, página 39
[4] (CARNEIRO,2005)

fronteira aptidão para trabalhar com os exércitos e agentes dos países vizinhos e coibirem o cometimento de ilícitos.

2 METODOLOGIA

Para adquirir elementos que permitissem formular uma possível solução para o problema, a pesquisa foi realizada por meio da leitura analítica e exploratória das fontes de consulta que abordam o assunto e mediante a aplicação de questionário com Oficiais, Subtenentes e Sargentos de Infantaria e de carreira que servem ou serviram nas guarnições especiais que compõem a 18ª Bda Inf Fron e atuaram ou atuam na Cidade de Corumbá, no período posterior ao ano 2000 até os dias atuais. Posteriormente, houve a apreciação dos dados obtidos e a sugestão de uma nova sistemática para seleção de militares que servirão em OM que atua na faixa de fronteira.

Quanto à forma de abordagem do problema, foi utilizada a pesquisa **qualitativa**, pois os dados obtidos pelo questionário, aliado aos dados levantados por pesquisa bibliográfica existente, possibilitaram uma melhor compreensão acerca do tema, subjetiva e não somente quantificável.

Quanto ao objetivo geral, foi utilizada a modalidade **exploratória**, devido à não existência de utilização do banco de dados de militares habilitados em idiomas estrangeiros com a finalidade de selecioná-los para servirem na faixa de fronteira e empregar o conhecimento com elementos oriundos dos países vizinhos, tendo sido obtido conhecimentos por meio da investigação documental e de questionário realizado com militares de carreira que vivenciaram as operações militares na cidade de Corumbá.

Quanto ao procedimento, foi utilizado o **experimental**, devido à inexistência da sistemática de análise dos militares habilitados em idiomas com a finalidade de selecioná-los para servirem em OM que atuem na faixa de fronteira.

2.1 REVISÃO DA LITERATURA

Tendo em vista o envolvimento do Brasil no combate aos crimes transnacionais, este trabalho tem a intenção de analisar a capacidade do EB no combate a esses ilícitos através da melhora da comunicação entre os órgãos brasileiros e bolivianos responsáveis pelo controle dessas irregularidades que têm

ocorrido na fronteira entre esses países, mais especificamente na fronteira da cidade de Corumbá.

Por se tratar de uma pesquisa bibliográfica e documental e considerando a importância dos referenciais teóricos para a exploração das questões de estudo, as buscas foram realizadas em bibliotecas digitais (da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e da Escola Superior de Guerra), em sítios eletrônicos nacionais e estrangeiros especializados em assuntos militares e de tráfico de drogas, fontes da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal, nos portais da Doutrina, Educação e Cultura do EB e em livrarias.

Por se tratar de um tema atual, o período delimitado para análise comprende desde o início do ano 2000 até os dias atuais, a fim de termos uma visão real do que está ocorrendo nos dias atuais, havendo exceções no período estipulado apenas nos dados referentes a história e a geografia da área de estudo.

Para a busca nas bases de dados eletrônicas, foi utilizada a ferramenta de buscas do *Google*, empregando-se os seguintes termos: Idiomas no Exército Brasileiro, Sistema de Ensino do EB, educação no EB, DOAMEPI, Doutrina no EB, Doutrina Militar Terrestre, crimes transfronteiriços, crimes transnacionais, rota do tráfico, “mulas” do tráfico*, Máfia y Crimen Organizado e consumo y tráfico de drogas,* com isso podemos notar que utilizamos uma pesquisa focada em uma forma de abordagem qualitativa.

Os dados obtidos foram submetidos aos critérios de inclusão e exclusão da pesquisa, observando-se os limites do problema. Após essa seleção inicial, os argumentos válidos foram analisados, a fim de serem extraídos assuntos relevantes ao tema para atingir de forma analítica os objetivos específicos da pesquisa.

<u>a. Critério de inclusão:</u>

- Estudos publicados em português e espanhol, relacionados a crimes transfronteiriços, crimes transnacionais, rota do tráfico, Crime Organizado, Alfândega e proteção da fronteira;

- Matérias jornalísticas relacionados a crimes transfronteiriços, crimes transnacionais, rota do tráfico no Mato Grosso do Sul; e

- Manuais do Exército Brasileiro relacionados a Idiomas no Exército Brasileiro, Sistema de Ensino do EB, educação no EB, DOAMEPI, Doutrina no EB e Doutrina Militar Terrestre.

<u>b. Critério de exclusão:</u>

- Estudos que abordam áreas diferentes da abordada neste trabalho; e
- Estudos anteriores ao século XXI.

2.2 COLETA DE DADOS

Na sequência da revisão da literatura a respeito do assunto, a pesquisa coletou dados pelos seguintes instrumentos: coleta documental, observação e questionário.

Com a intenção de obter dados relevantes a situação atual dos crimes transnacionais na cidade de Corumbá, o pesquisador buscou fontes baseadas no tema em bancos de dados de Trabalhos de Conclusão de Curso de universidades civis, artigos e teses de mestrado relativas ao tema.

Para trazer o tema proposto para a realidade vivida pelo Exército Brasileiro, ao pesquisador houve por bem pesquisar em manuais da Força Terrestre sobre o tema Habilitação em idiomas e capacidades (DOAMEPI).

O questionário foi aplicado por meio da ferramenta *Google Docs*, disponibilizado através do endereço eletrônico *https://forms.gle/tBrE1LGJ4XvEFcq58*. As respostas foram compiladas e tabuladas automaticamente pelo sistema. Após analisadas, foram expostas através de quadros e gráficos. A população considerada foi de 75 oficiais e de sargentos que atuaram ou atuam em OM da 18ª Bda Inf Fron, mais específicamente na cidade de Corumbá, nos anos de 2012 até os dias atuais.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta etapa do presente projeto, o pesquisador pretende apresentar os principais conhecimentos necessários para o emprego do EB na Faixa de Fronteira visando coibir a ocorrência de crimes transnacionais, destacando a importância do conhecimento em idiomas a fim de estabelecer comunicação e colher dados de agentes estrangeiros e das pessoas que realizam o transporte de drogas e outras mercadorias, na fronteira com a Bolívia (Corumbá).

3.1 CONCEITOS DE FAIXA DE FRONTEIRA E CRIMES TRANSNACIONAIS

A faixa de fronteira brasileira foi estabelecida em 150 km de largura, de acordo com a Lei nº 6.634, de 02 de maio de 1979, depois ratificado no art. 20, § 2º, da

Constituição Federal de 1988, paralela à linha divisória terrestre do território nacional. Essa faixa expressa uma preocupação com a segurança e defesa dessa porção territorial, considerada fundamental para a defesa nacional, ocupação e utilização do solo, além de ser o local onde ocorrem os crimes transfronteiriços aqui estudados.

Segundo a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional de 2000, existem muitas atividades que podem ser caracterizadas como crime organizado transnacional: tráfico ilícito de drogas, contrabando de migrantes, tráfico de pessoas, lavagem de dinheiro, tráfico ilícito de armas de fogo, de vida selvagem, entre outros.

Atualmente, os crimes transnacionais são uma das principais questões que assolam o cenário mundial e uma das mais difíceis de serem sanadas, pois carecem de um enorme trabalho em conjunto e cooperação internacional, o que nem sempre é possível. Bo Mathiasen ratifica esse pensamento quando diz que:

> O crime organizado transnacional é uma das principais ameaças à segurança pública e representa um entrave para o desenvolvimento social, econômico e político das sociedades em todo o mundo. Trata-se de um fenômeno multifacetado que se manifesta em diferentes tipos de crime, tais como tráfico de drogas, tráfico de seres humanos, contrabando de migrantes, tráfico de armas, lavagem de dinheiro, entre outros. Como se sabe, a globalização tem implicado profundas transformações na vida de pessoas, sociedades e Estados. As fronteiras entre os países hoje são mais permeáveis e o trânsito de pessoas, mercadorias, serviços e recursos é cada vez mais ágil. Esse processo, que facilita o comércio e a integração entre os povos, também implica mudanças radicais nas dinâmicas dos crimes e da violência. Afinal, as tecnologias que possibilitam melhorias substantivas nas vidas das pessoas também são utilizadas por aqueles que burlam as leis, cometem crimes e desafiam a justiça. Por isso, cresce a importância da cooperação internacional e do intercâmbio de experiências em matéria de justiça criminal e de prevenção ao crime. É fundamental uma atuação articulada para enfrentar, com maior eficiência, grupos criminosos dispersos ao redor do mundo, que muitas vezes possuem alta capacidade de comunicação e organização. [...]
> O crime organizado não respeita fronteiras e hoje o grande desafio dos países é justamente encontrar soluções compartilhadas. A responsabilidade é de todos. Por isso, a cooperação internacional e o intercâmbio de experiências em matéria de justiça criminal e de prevenção ao crime assumem um papel fundamental. O combate ao crime organizado depende de uma atuação articulada entre os países. E para que esta cooperação seja ágil e eficaz, ela deve abranger todas as esferas dos Governos, incluindo os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.[5]

Alguns desses crimes transnacionais encontram-se tipificados no Código Penal. O contrabando é caracterizado como a importação ou exportação de mercadoria proibida, atentando contra a saúde e a administração pública. Por sua vez,

---

[5] (2011) Discurso de abertura do Seminário Internacional sobre Repressão ao Crime Organizado, Tráfico de Drogas, Tráfico de Armas e Crimes Violentos. Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime para Brasil e o Cone Sul. Foz do Iguaçu-PR, 22 de novembro de 2011.

a prática de descaminho proporciona o não pagamento do tributo de mercadoria permitida, ofendendo a ordem tributária, sendo assim ambos citados em Lei:

> Art. 334. Iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria.
> Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos.
> Art. 334-A. Importar ou exportar mercadoria proibida:
> Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos.

Considerando esses ilícitos e o fato desses crimes estarem ocorrendo na faixa de fronteira, não devemos esquecer que o poder de polícia utilizado pelas Forças Armadas na atuação nessa área ocorre em conjunto com os demais OSP, por meio de ações planejadas e previstas na Constituição Federal.

3.2 RELAÇÃO ENTRE A GEOGRAFIA DA REGIÃO E O *MODUS OPERANDI* UTILIZADO PELOS TRAFICANTES

Na região se encontram as Cidades Gêmeas. Elas são as cidades que fazem limite com país vizinho ao território brasileiro, mas cuja sede se localiza exatamente no limite internacional. Estas cidades são, desta forma, adensamentos populacionais cortados pela linha de fronteira de ao menos dois países (por exemplo: Brasil e Bolívia). Por isso, são cidades que apresentam grande potencial de integração econômica e cultural e, também, de manifestações condensadas dos problemas característicos das áreas de fronteira.

Essas cidades gêmeas são frequentemente rotas utilizadas pelo crime organizado, formam guetos que se alimentam e sobrevivem graças a esse fluxo constante de ilícitos, seja o roubo e furto de carros, contrabando ou descaminho, evasão fiscal e tráfico de drogas e armas, entre outros.

Trazendo para o espaço geográfico objeto desse estudo, temos as cidades gêmeas formadas por Corumbá e *Puerto Quijarro* (Bolívia). Em Corumbá encontramos o Comando da 18ª Brigada de Infantaria de Fronteira e sua Companhia de Comando, além do 17º Batalhão de Infantaria de Fronteira.

Analisando o *modus operandi* utilizado pelo tráfico de ilícitos, percebe-se que as pessoas cooptadas pelo crime organizado, “mulas”, aproveitam que essa região apresenta uma pequena densidade populacional, possui grandes vazios demográficos e consequente policiamento reduzido, fatos esses que propiciam a existência de diversas vias de acesso interligadas às outras regiões do país, proporcionado pela posição geográfica centralizada da área, para cometer seus ilícitos.

Analisando o questionário realizado pelo autor é possível verificar que todos os militares que atuaram nesta região tiveram contato com elementos estrangeiros de diversas nacionalidades e consequentemente que falavam diversas línguas, conforme gráficos abaixo:

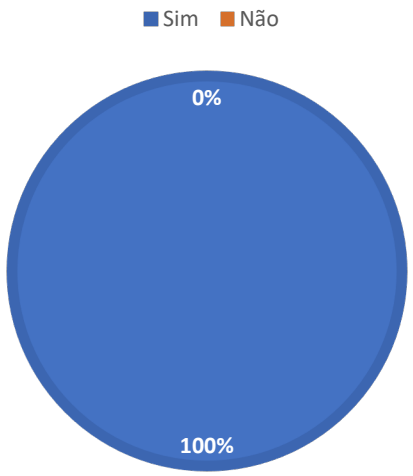

Gráfico 1 - Os militares que atuam ou atuaram na fronterira Brasil X Bolívia (Corumbá) e que tem ou tiveram contato com elementos estrangeiros.
Fonte: o Autor

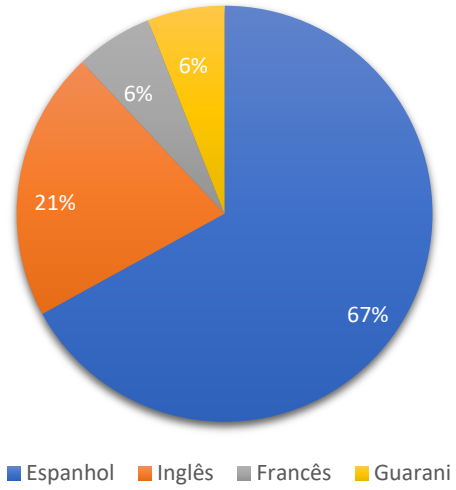

Gráfico 2 - Idioma falado pelos elementos estrangeiros abordados pelos militares que atuam ou atuaram na faixa de fronteira Brasil X Bolívia (Corumbá).
Fonte: o Autor

3.3 CAPACIDADES REQUERIDAS DAS FRAÇÕES PARA AS MISSÕES NAS ÁREAS DE FRONTEIRA

Capacidade é a aptidão que se requer de uma OM para cumprir as suas atribuições doutrinárias. Uma determinada OM está em plena prontidão operativa quando atinge todas as suas capacidades necessárias, estando pronta para ser empregada em qualquer situação nas Operações no Amplo Espectro (BRASIL,

2014b).

O Catálogo EB20-C-07.001 (BRASIL, 2015a) estabelece as capacidades requeridas pela Força Terrestre (F Ter) como um todo, alinhadas com a Política Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa, e se baseia também nas constantes análises do cenário atual e da prospecção do futuro dos conflitos. A obtenção de uma capacidade na sua plenitude é evidenciada pelos seguintes fatores determinantes e interligados: Doutrina, Organização (ou processos), Adestramento, Material, Educação, Pessoal e Infraestrutura (DOAMEPI) (BRASIL, 2014b).

Nesse trabalho mostramos a necessidade de fusão desses fatores a fim de que possamos atingir as capacidades consideradas prioritárias para a F Ter na Era do Conhecimento, como a projeção internacional em apoio à política exterior do país, a interoperabilidade com as demais Forças Singulares e complementariedade com outros órgãos e agências, a efetividade na doutrina militar e maior ênfase na dimensão humana.

Figura 1 - Fatores Determinantes da Geração de Capacidades

A Doutrina é base para os demais fatores, apresentando-se nos produtos doutrinários. Ou seja, a geração de capacidades de uma Unidade inicia-se com a formulação de sua Base Doutrinária, que considera a gama de missões, atividades e tarefas que essa Unidade irá cumprir em operações.

A Organização (ou processos) é constituída pela Estrutura Organizacional dos elementos de emprego da F Ter. Algumas capacidades são alcançadas por meio de processos, que procuram evitar repetir competências, que já tenham sido contempladas em outras estruturas.

O Adestramento compreende as atividades de preparo seguindo os programas e ciclos específicos, além da utilização de simulação em todas as suas modalidades: viva, construtiva e virtual.

O Material acompanha a evolução de tecnologias de emprego militar, através de todos os materiais e sistemas para uso na F Ter. É expresso pelo Quadro de Distribuição de Material (QDM) dos elementos de emprego e engloba também as necessidades oriundas da permanência e sustentação das funcionalidades desses materiais e sistemas, durante todo o seu ciclo de vida (permanência no inventário da F Ter).

A Educação compreende todas as atividades de capacitação e habilitação, formais e não formais, destinadas ao desenvolvimento do integrante da F Ter quanto seu autoaperfeiçoamento. Esse atributo deve ser incessantemente buscado pelos integrantes das Forças Armadas, como é o caso da habilitação em idiomas.

O Pessoal abrange todas as atividades relacionadas aos integrantes da força nas funcionalidades: plano de carreira, movimentação, dotação e preenchimento de cargos e serviço militar. Cabe a prórpia instituição a seleção dos militares que servirão e consequentemente atuarão na faixa de fronteira.

A Infraestrutura engloba todos os elementos estruturais (instalações físicas, equipamentos e serviços necessários) que dão suporte à utilização e ao preparo dos elementos de emprego, de acordo com a especificidade de cada um e o atendimento a requisitos de exercício funcional.

Com isso podemos verificar que a obtenção de uma capacidade na sua plenitude é evidenciada pelos fatores determinantes do DOAMEPI. Esses fatores de forma conjunta de acordo com os conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e experiências de seus militares, possibilitam selecionar, mobilizar, movimentar e preencher cargos.

3.4 FORMAS DE HABILITAÇÃO EM IDIOMAS PREVISTAS PELA FORÇA TERRESTRE

O estudo de idioma é um tema que vem sendo amplamente apoiado e incentivado pelo Exército brasileiro nos últimos anos.

Diversas missões, intercâmbios, cursos e Operações que têm ocorrido na atualidade exigem que os militares empregados pela F Ter sejam habilitados em idiomas específicos.

Com isso o Exército se viu obrigado a estudar e desenvolver ferramentas capazes de ensinar, medir conhecimentos, habilitar e catalogar seus militares, a fim de poder empregá-los nessas atividades, criando então uma diretriz para o Sistema de Ensino de Idiomas e Certificação de Proficiência Linguística do Exército (SEICPLEx).

O ensino pode ser em três modalidades: Ensino Presencial, Ensino a Distância e Ensino Semipresencial. Nesse ensino são exigidas quatro habilidades linguísticas, quais sejam: a compreensão auditiva, a expressão oral, a compreensão leitora e a expressão escrita, examinadas através de testes de suficiência. O militar do Exército que estiver apto a realizar essas provas será submetido ao processo pelo qual é atestado seu nível de Proficiência Linguística e, de acordo com o resultado obtido, ele será inserido em uma Escala de Proficiência Linguística (EPL), através de um Índice de Proficiência Linguística (IPL), que utiliza um grupo alfanumérico constituído por 3 (três) letras e 4 (quatro) algarismos: as letras indicam o idioma e os algarismos expressam o desempenho linguístico nesse idioma, sendo que, o primeiro algarismo indica o nível atingido na compreensão auditiva, o segundo indica o nível atingido na expressão oral, o terceiro algarismo indica o nível atingido na compreensão leitora e o quarto algarismo indica o nível atingido na expressão escrita, esses números são progressivos, sendo o 4 considerado o melhor índice.

Esse IPL pode ser obtido mediante apresentação de diploma/certificado civis, mas com reconhecimento internacional e equiparação com o EPL do Exército, após o processo de verificação de veracidade e autenticidade realizado pela OM do militar ou conforme as Normas para o Cadastramento de Cursos e Estágios, emitidas pelo Departamento-Geral do Pessoal (DGP) ou por meio dos Exames de Proficiência Linguística Oral (EPLO) e Exames de Proficiência Linguística Escrito (EPLE), realizado no âmbito do Exército Brasileiro, somente para os militares da instituição. Tudo isso amparado por regulamentação elaborada pelo Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEx).

O registro desses IPL é feito pelo Centro de Idiomas do Exército (CIdEx) na Base de Dados Corporativa do Exército, por meio do Sistema de Cadastramento de Pessoal do Exército (SiCaPEx).

Após a realização de questionário realizado pelo Autor foi possível verificar a porcentagem de militares habilitados em idiomas estrangeiros que atuam ou atuaram nesta região em estudo, de acordo com o gráfico abaixo:

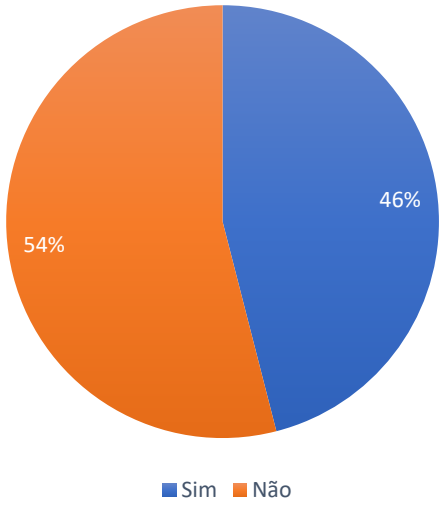

Gráfico 3- Universo de militares habilitados que atuam ou atuaram na fronteira Brasil X Bolívia (Corumbá)que são e que não são habilitados.
Fonte: o Autor

3.5 SITUAÇÃO ATUAL DOS MILITARES EMPREGADOS NESSA ÁREA

Atualmente a 18ª Bda Inf Fron é composta pelo 17º Batalhão de Fronteira, em Corumbá – MS, pelo 47º Batalhão de Infantaria em Coxim – MS, pela 2ª Companhia de Fronteira em Porto Murtinho – MS, e a Companhia de Comando da 18ª Bda Inf Fron junto ao Quartel-General também em Corumbá – MS.

Por intermédio do questionário realizado pelo autor foi possível verificar que todos os militares que atuam ou atuaram nas OM da 18ª Bda Inf Fron participaram de Operações na fronetira de Corumbá.

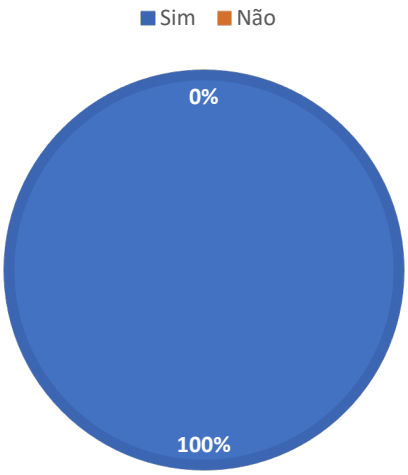

Gráfico 4 - Questionamento aos militares que servem ou serviram em OM da 18ª Bda Inf Fron se atuaram na faixa de fronteira Brasil X Bolívia (Corumbá).
Fonte: o autor

Todas as cidades sede das Organizações Militares que compõem a Brigada são consideradas Guarnições Especiais, seja por estarem situadas em área inóspita, assim consideradas, seja por suas condições precárias de vida, seja por sua insalubridade, conforme definição existente no R-50 (Regulamento de Movimentação para Oficiais e Praças do Exército).

Atualmente, respeitadas as características de cada guarnição e a manutenção de efetivo que permita preservar a capacidade operacional e administrativa das OM, a Diretoria de Controle de Efetivo e Movimentações (DCEM) estudará transferir os militares para servir em Guarnição Especial, Categoria A, prioritariamente voluntários, que estejam aptos para movimentação, de acordo com a legislação e o interesse da Instituição.

Existe também a situação dos militares concludentes das escolas de formação (AMAN e ESA) e da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) que escolhem suas OM de destino de acordo com a sua classificação no término do Curso.

Em nenhum dos casos de transferência existentes hoje, a habilitação em idiomas é um item obrigatório para que o militar possa ser voluntário a servir nessas guarnições. Também não existe um incentivo diferenciado para que os militares que servem nessas guarnições aprendam o idioma utilizado nos países fronteiriços, a fim de melhorar o contato entre os exércitos e com agentes governamentais e não governamentais desses países vizinhos que atuam na região.

No questionário realizado pelo Autor, todos os militares que contribuíram para pesquisa consideram importante que os militares empregados nessas áreas sejam habilitados em idioma estrangeiro.

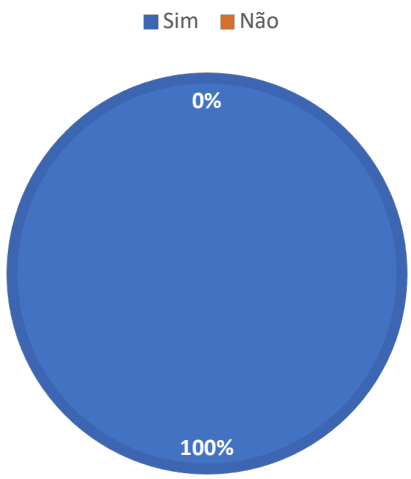

Gráfico 5 - Questionamento se os militares que atuam ou atuaram na faixa de fronteira Brasil X Bolívia (Corumbá) consideram importante que os militares empregados nessas áreas sejam habilitados em idioma estrangeiro.
Fonte: o Autor

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a análise de todos os dados válidos obtidos na pesquisa, o pesquisador seguiu uma discussão centrada nos objetivos deste trabalho, a fim de que conseguisse responder ao questionamento do problema, atingindo os objetivos propostos no início.

A revisão da literatura possibilitou entender os conceitos de faixa de fronteira e crimes transnacionais, realizar uma relação entre a geografia da região estudada e o *modus operandi* utilizado pelos traficantes, conhecer as capacidades requeridas das frações para missões na faixa de fronteira, além das formas de habilitação em idiomas previstas no Exército Brasileiro e analisar a necessidade de selecionar militares habilitados ou habilitar em idioma estrangeiro.

Dessa forma, entende-se que a faixa de fronteira brasileira foi estabelecida em 150 km de largura paralela à linha divisória terrestre do território nacional e que os ilícitos ocorridos nessa região são frequentemente sanados pelo EB.

Nota-se que na região objeto se encontram as Cidades Gêmeas. Estas cidades são, desta forma, adensamentos populacionais cortados pela linha de fronteira de ao menos dois países (por exemplo: Brasil e Bolívia). Por isso, são cidades que apresentam grande potencial de integração econômica e cultural e, também, de manifestações condensadas dos problemas característicos das áreas de fronteira, ocasionando o *modus operandi* utilizado pelo tráfico de ilícitos nesta região, pois as pessoas cooptadas pelo crime organizado, “mulas”, aproveitam que essa região apresenta uma pequena densidade populacional, grandes vazios demográficos e consequente policiamento reduzido para cometer seus ilícitos.

A obtenção de uma capacidade na sua plenitude é evidenciada pelos fatores determinantes, DOAMEPI. Esses fatores de forma conjunta de acordo com os conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e experiências de seus militares, possibilitam selecionar, mobilizar, movimentar e preencher cargos.

Verificou-se que o Exército possui algumas formas de habilitação em idiomas estrangeiros, seja através de exame realizado pelo próprio Exército ou por entidades civis.

A compilação de todos esses dados e a análise da situação dos militares transferidos para a faixa de fronteira no quesito habilitação em idioma estrangeiro propiciou verificar que a instituição não tem utilizado o seu banco de dados (SICAPEX) para selecionar militares habilitados em idiomas para servirem na faixa de fronteira.

Conclui-se, portanto que o Exército Brasileiro não atingiu essa capacidade em sua plenitude, pois ainda existe a dificuldade de estabelecer comunicação, com elementos estrangeiros, sejam eles militares, agentes governamentais e não governamentais bolivianos, ou até mesmo entrevistar e levantar informações junto aos elementos cooptados pelo tráfico, porém ainda existe a imprescindibilidade de um gerenciamento mais meticuloso das informações já existentes na Base de Dados Corporativa da Instituição, a fim de utilizar pessoal capacitado nessas regiões.

REFERÊNCIAS

_____. _____. **EB20-C-07.001: Catálogo de capacidades do Exército 2015-2035**. 1. ed. Brasília, DF, 2015a.

_____. _____. **EB10-IG-01.005: Instruções para o Sistema da Doutrina Militar Terrestre**. 4. ed. Brasília, DF, 2015b.

_____. _____. **EB20-MF-10.001: Exército Brasileiro**. 1. ed. Brasília, DF, 2014a.

_____. _____. **EB20-MF-10.002: Doutrina Militar Terrestre**. 1. ed. Brasília, DF, 2014b.

_____. _____. **EB20-MF-10.003: Operações**. 4. ed. Brasília, DF, 2014c.

_____. _____. **EB20-MC-10.201: Operações em ambientes interagências.** 1. ed. Brasília, DF, 2013b.

_____._____.**MD30-M-01**. **Doutrina de Operações Conjuntas**. Brasília, 2011b.

_____._____. **MD51-M-04**. **Doutrina Militar de Defesa**. 2. ed. Brasília, DF, 2007b.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. _____. Port nº 311 - EME, de 08 AGO 15 **(Aprova a Diretriz para o Sistema de Ensino de Idiomas e Certificação de Proficiência Linguística do Exército)**.

_____. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, DF, 2012.

COMANDO MILITAR DO OESTE (Brasil). Histórico do CMO. Campo Grande, 2017. Disponível em: <http://www.cmo.eb.mil.br/index.php/historico>. Acesso em: 12 mai. 17.

CORRÊA, Lúcia Salsa. **História e Fronteira: O Sul de Mato Grosso 1870-1920**. Campo Grande: Editora UCDB, 1999. 244p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Brasil). **Área Territorial Brasileira 2017**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/default_ territ_area.shtm>. Acesso em: 12 abr. 2017.

IDESG. Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras. Estudo: **O Custo do Contrabando**. Foz do Iguaçu, mar. 2015. Disponível em: <http://www.idesf.org.br/images/conteudo/publicacoes/O%20custo%20do%20contrabando.compressed.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2017.

_____. Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras. Estudo: **Operações de Segurança nas Áreas de Fronteira**. Foz do Iguaçu, set. 2015. Disponível em: <http://www.idesf.org.br/images/conteudo/publicacoes/Operaes%20de%20Segurana%20nas%20reas%20de%20Fronteira.compressed.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2017.

_____. Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras. Estudo: **Rotas do Crime: As Encruzilhadas do Contrabando**. Foz do Iguaçu, mar. 2016. Disponível em: <http://www.idesf.org.br/images/conteudo/publicacoes/Rotas%20do%20Crime%20-%20As%20Encruzilhadas%20do%20Contrabando.pdf >. Acesso em: 05 mar. 2017.

Justiça e Segurança Pública do Governo Federal. **MJSP debate combate ao tráfico de drogas com representantes do governo da Bolívia. Brasília,** 30/08/2019. https://www.justica.gov.br/news/collective-nitf-content-1567196874.57

Relações Exteriores. **ACORDO INTERINSTITUCIONAL INTERNACIONAL PARA A COOPERAÇÃO POLICIAL ENTRE O MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O MINISTÉRIO DE GOVERNO DO ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA PARA A PREVENÇÃO E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO TRANSNACIONAL E QUALQUER OUTRA MANIFESTAÇÃO CRIMINOSA.** http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-

imprensa/17996-atos-assinados-por-ocasiao-da-visita-do-presidente-do-estado-plurinacional-da-bolivia-evo-morales

KUHLMANN, Paulo Roberto Loyolla. **Exército Brasileiro: estrutura militar e ordenamento político 1984-2007**. 2007. 184 f. Tese de Doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

LEITE, Raimundo Nonato Carvalho. **Globalização: Influência sobre o Desenvolvimento das Políticas de Segurança e Defesa no Brasil**. 2016. 50 f. Trabalho de Conclusão de Curso - Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2016.

SANTOS, Ana Claudia Martins dos. **As Forças Armadas na Fronteira Oeste do Império Brasileiro (1850 - 1864)**. In: ENCONTRO REGIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA - SEÇÃO RIO DE JANEIRO, 14, 2010, Rio de Janeiro. Trabalhos apresentados... Associação Nacional de História - Seção Rio de Janeiro, 2010.

MATHIASEN, Bo. Discurso de abertura. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE REPRESSÃO AO CRIME ORGANIZADO, TRÁFICO DE DROGAS, TRÁFICO DE ARMAS E CRIMES VIOLENTOS, 1, 2011. Apresentação... Foz do Iguaçu: Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime para o Brasil e o Cone Sul, 22 MATTOS, Carlos de Meira. Geopolítica. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. 3 vols.

MESA CIENTÍFICA PARA O COMBATE AO CONTRABANDO E DESCAMINHO, 1, 2014, Brasília. Anais... Brasília: Escola Superior do Ministério Público da União, 2014.

NETO, Walfredo Bento; RIBEIRO, Antônio José. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA, GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO - RIO DE JANEIRO, 1, 2014, Rio de Janeiro. Trabalhos apresentados... Pontífice Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2014.

PEREIRA, Carlos Patrício Freitas. **Geopolítica e o Futuro do Brasil: Amazônia Ocidental e Pantanal** - Comunidade Sul-Americana. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2007. 367p.

SILVA, Eduardo Araújo da. **Crime Organizado: Procedimento Probatório**. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009. 175p.

ZANOLA, André Luís. **Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON): Contribuições para Segurança Nacional**. 2016. 53 f. Trabalho de Conclusão de Curso - Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2016.

_____. Pesquisa ENAFRON: **Diagnostico sobre o tráfico de pessoas nas áreas de fronteira**, 2013.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Tratados da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional**. Viena, 2000. Disponível em: <http://www.unodc.org/documents/treaties/UNTOC/Publications/TOC %20Convention/TOCebook-e.pdf >.

MONTOYA, Mário D. **Máfia y Crimen Organizado**. Buenos Aires: Editora Ad Hoc, 2004. 611p.

BARATTA, A. **La criminalización del consumo y tráfico de drogas, desde de la Criminología: aspectos económicos y políticos**. In: CONGRESO DE DROGODEPENDENCIAS DEL PAÍS.

BECKER, H. **Los extraños: sociología de la desviación**. Buenos Aires: Tiempo Contemporáneo, 1971.

ANEXO A
SOLUÇÃO PRÁTICA

Com base no problema estudado: O emprego de frações do Exército Brasileiro (EB) com conhecimento do idioma espanhol, particularmente na fronteira do Estado do Mato Grosso do Sul e a Bolívia, na cidade de Corumbá, influenciaria na interação com os exércitos e agentes dos países vizinhos, além dos elementos aliciados pelo tráfico, no intuito de reprimir os crimes transnacionais?

O pesquisador pôde verificar a necessidade de selecionar militares habilitados para atuarem na faixa de fronteira Brasil X Bolívia (Corumbá), e consequentemente possibilitar que o Exército Brasileiro consiga obter permanente condição de emprego e atender a três requisitos simultaneamente: garantir a defesa do território, projetar poder a fim de assegurar interesses vitais e atender às demandas da política exterior em favor da segurança e da paz internacionais e da integração regional, além de estar orientado com as novas capacidades consideradas prioritárias para a Força Terrestre na Era do conhecimento, que são elas: projeção internacional em apoio à política exterior do país; interoperabilidade com as demais Forças Singulares e complementariedade com outros órgãos e agências – operações interagências; maior ênfase na dimensão humana, e a gestão sistêmica da informação operacional.

O autor a fim de propor uma solução prática para que pudesse resolver esse problema verificou que o Exército Brasileiro possui o registro dos Índice de Proficiência Linguística de cada militar da instituição na Base de Dados Corporativa do Exército, por meio do Sistema de Cadastramento de Pessoal do Exército (SiCaPEx).

Dessa forma, através destes dados, será possível atuar de forma mais eficiente e eficaz nas missões que visam coibir os crimes transnacionais na faixa de fronteira, tendo em vista a aptidão para se comunicar com militares, agentes governamentais e não governamentais dos países vizinhos, além de possibilitar entrevistar e levantar informações juntos aos elementos cooptados pelo tráfico.